

**Prefeitura de Catanduvas (SC)
Estado de Santa Catarina**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2018**



**ANEXO V
Prestação de Contas de Gestão
IN 20/2015 – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**

UNIDADE GESTORA: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CATANDUVAS

GESTORA: LUCIMARI SPADER

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERANDO o disposto no artigo 58, Parágrafo Único da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelece a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48, parágrafo único, e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 131/2009, de 27 de maio de 2009, sobre a transparência da Administração Pública, e a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, inciso XXXIII do artigo 5º, no artigo 37, §3º, inciso II, e no artigo 216, §2º;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N° TC-0020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências;

CONSIDERANDO os princípios aplicáveis ao controle exercido no âmbito da Administração Pública pelos órgãos constitucionais de controle externo, como a racionalização do exame, apreciação e julgamento das prestações de contas, mediante critérios de seletividade, materialidade, risco, relevância, oportunidade e temporalidade;

CONSIDERANDO que o artigo 14, da Instrução Normativa n. 20, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que:

“O relatório de gestão deve demonstrar a execução da programação orçamentária e o cumprimento das metas físicas da unidade jurisdicionada, avaliar os resultados da atuação da respectiva unidade no cumprimento das suas finalidades institucionais durante um exercício financeiro”.

A unidade gestora **Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Catanduvas**, por sua gestora responsável (Lucimari Spader) apresenta o relatório de gestão, conforme anexo V, da Instrução Normativa TC 0020/2015.

ANEXO V
PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
CNPJ:	23.811.619/0001-81
Endereço:	Rua Venceslau Braz, n. 2301 – Cidade Jardim Catanduvas (SC) – CEP 89.670-000
Telefone:	(49) 3525 6500
E-mail:	11_12sgt@cbm.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo Função	Período de Gestão	Ato Nomeação e Data	Ato Exoneração e Data	Endereço Residencial	E-mail
Prefeito	Dorival Ribeiro dos Santos	195.397.549-68	Prefeito	01/01/2017 a 31/12/2020	Ata de Posse n. 62/2017 de 1º de Janeiro de 2017.	Término do Mandato em 31.12.2020	Rua Almirante Tamandaré – n. 2716 - Centro de Catanduvas (SC)	prefeito@catanduvas.sc.gov.br
Secretária de Administração Gestora	Lucimari Spader	613.011.329-34	Secretária de Administração Gestora	01/01/2017 a 31/12/2020	Portaria 7.086/17	31.12.2016	Rua Duque de Caxias – n. Centro de Catanduvas (SC)	administracao@catanduv as.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

A unidade gestora utiliza dos serviços operacionais da unidade Prefeitura de Catanduvas.

A unidade gestora não possui conselhos em sua estrutura organizacional.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Catanduvas-SC tem por finalidade prover recursos para investimento em equipamentos, material permanente, equipamento para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, proteção e combate à sinistros, construção e ampliação de instalações e despesas de custeio do Corpo e Bombeiros Militar.

Lei Complementar nº 18/01.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas no exercício financeiro.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não há.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

c) Demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativo-aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

d) Discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Exercício	2018
		Formalização	Valor Anual Transferido (Pago)
Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina	Contribuição	Convênio 02/2018 Lei 2.622/2018	R\$ 121.236,00

Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina	Contribuição	Convênio 02/2018 Lei 2.622/2018	R\$ 100.000,00
Total			R\$ 221.236,00

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0537-2018.

b) Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Recomendações Atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Recomendações e Orientações Atinentes a Compras Diretas	Verificação da Solicitação pela Secretária de Administração e Finanças;	Setor de Compras e Licitações; Secretarias em Geral	Instrução verbal.	Redução de compras diretas.

b) Recomendações pendentes:

Não há recomendações pendentes.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTE NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão na Unidade Gestora.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram efetuados termos de parceria pela Unidade Gestora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento a Instrução Normativa n. 0020/2015, encaminhamos o relatório de gestão, da Unidade Gestora Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Catanduvas.

Lucimari Spader
Gestora/Secretária de Administração e Finanças
Protocolado/Assinado Eletronicamente

Catanduvas, 28 de fevereiro de 2019.